

# NOVAS PARENTALIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO

## Juan Carlos Volnovich<sup>1</sup>

1 Doutor (UBA). Psicanalista (renunciou à Associação Psicanalítica Argentina em 1971 integrando o Grupo Plataforma). Especialista em Psiquiatria Infantil (Ministério da Saúde Pública de Cuba). Doutor Honoris Causa pela Universidade "Mães da Plaza de Mayo" e pela Universidade Nacional de San Luis. É membro do Comitê Científico do Foro de Psicanálise e Gênero da Associação de Psicólogos de Buenos Aires. [jvolnovich@gmail.com](mailto:jvolnovich@gmail.com)

Desde suas origens, a família –o conceito de família– vem mudando em diferentes culturas e ao longo da história para nos desafiar, agora, com novas formas de vínculo e diferentes modalidades de conformação e montagem.

Como sabemos, a família surgiu com a dissolução da comunidade primitiva. A "casa", a lar, surge como a primeira forma de empreendimento privado, um empreendimento de propriedade do chefe da família, destinado à produção, troca e competição com as outras "casas" para a acumulação de produto excedente, ou seja, para a acumulação de riqueza excedente.

Mas nem sempre foi assim: até que a família apareceu como uma instituição - na comunidade primitiva - o trabalho e seus produtos eram realizados em comum de tal forma que as características de produção e parentesco reforçavam estes laços coletivos. Foi somente com a ascensão da sociedade patriarcal que a vida social foi dividida em duas esferas: a esfera doméstica e a esfera pública. E estas duas esferas se desenvolveram de forma muito desigual.

Enquanto a esfera pública passou por grandes transformações históricas, a esfera doméstica evoluiu muito lentamente.

Enquanto nós homens chegamos ao espaço exterior e à nanotecnologia, as mulheres, confinadas à esfera doméstica, continuaram a administrar suas precárias oficinas individuais.

Com o desenvolvimento do intercâmbio mercantil e a divisão da sociedade em classes, grandes progressos foram feitos na esfera pública, mas no lar, apenas a família convencional como a conhecemos hoje foi consolidada.

Com a dissolução das estruturas comunitárias e sua substituição pela família patriarcal, o trabalho das mulheres se tornou progressivamente individualizado e limitado à produção de valores de uso para consumo direto e privado. No entanto, segregadas do mundo do produto excedente, as mulheres tornaram-se a base econômica invisível da sociedade de classes. Em contraste, o trabalho dos homens cristalizou, através de diferentes modos de produção, em mercadorias economicamente visíveis, destinadas a criar riqueza ao entrar no processo de troca.

No capitalismo - e até agora não há outro sistema à vista - seja como proprietário dos meios de produção ou como operador deles, através da venda de sua força de trabalho, o homem se definiu essencialmente como um produtor de commodities. Sua posição social foi decidida por esta atividade, e sua pertença a uma ou outra classe foi determinada pela situação que ocupava dentro do mundo criada pela produção de bens para troca.

As mulheres, expulsas do universo economicamente criativo do produto excedente, cumpriram, no entanto, uma função econômica fundamental. A divisão do trabalho lhe atribuiu a tarefa de repor a maior parte da força de trabalho que impulsiona a economia, transformando as matérias-primas em valores de uso para consumo direto. Assim, ele proporcionava alimentação, vestuário, moradia e educação das crianças.

Em outras palavras, se o trabalhador tivesse que pagar, fora de casa, pela sua alimentação, a limpeza de suas roupas e a educação de seus filhos, ele precisaria, para sua subsistência, de um salário muito maior e o lucro de seu empregador seria muito menor.

Assim, o mundo capitalista baseia sua subsistência e rentabilidade no trabalho invisível da mulher, a dona de casa, independentemente de ela também trabalhar fora de casa. Neste caso, o trabalho invisível torna-se seu segundo dia de trabalho.

Esta primeira divisão de trabalho imposta pela família foi baseada nas diferenças biológicas entre os sexos: as funções procriadoras das mulheres. A psicanálise veio para confirmar o biologismo que está subjacente a esta concepção familiar, instalando o complexo de Édipo - mãe, pai, filho - como o núcleo central da constituição da psique.

Mas que impacto tem o trabalho invisível que elas têm sobre a subjetividade das mulheres?

A dona-de-casa, por exemplo, cozinha durante horas, produz algo importante e necessário: comida. Mas qual é o destino deste produto?

Seu consumo imediato geralmente não passa com dor nem glória. Ou com tristeza e sem glória. Depois de comer, a mesa é limpa, os pratos são lavados e quando tudo está finalmente tão limpo e arrumado como estava antes de começar a cozinhar, o trabalho feito durante horas se tornou efetivamente invisível. O mesmo se aplica à limpeza da casa, ao arranjo e lavagem de roupas e tudo mais.

É este trabalho invisível - aquele que está na base da subjetividade feminina decidindo, consciente e inconscientemente, sobre as frustrações e insatisfações das mulheres - que muitas vezes leva ao isolamento e à depressão.

Tudo isso é bem conhecido.

Tudo isso está em "A ideologia alemã" de Marx e Engels, e em "A origem da família, a propriedade privada e o Estado" de Engels.

Tudo isso é conhecido a partir de "Rumo a uma concepção científica da emancipação das mulheres" de Isabel Larguía e John Dumoullin, até "A mulher: suas limitações e potencialidades" de Marie Langer.

Mas, como eu disse no início, com o tempo, algumas coisas permaneceram as mesmas e outras mudaram. E essas mudanças produziram reformulações significativas nas configurações dos pais e de gênero.

Uma delas foi a introdução de contraceptivos, que permitiu às mulheres - não a todas e apenas um pouco - mas permitiu que elas assumissem o controle de sua fertilidade.

O surgimento de novas tecnologias tendeu a reverter as diferenças entre homens e mulheres que ainda eram baseadas na força física. Dentro da psicanálise, sem dúvida, o aparecimento do Anti-Oedipo de Deleuze e Guattari e o confronto com o feminismo contemporâneo. As crises capitalistas que atingiram duramente o mercado de trabalho, expulsando uma multidão de jovens que ficaram sem futuro.

XX

Em 1984 surgiu o “Manifesto para Cyborgs” de Donna Haraway, aquele texto fundamental que marcou um antes e um depois nas questões que nos chamam hoje.

O Manifesto surgiu em 1984, mas não foi até 1991 que o Manifesto foi divulgado globalmente.

1991 significa que em 2021 o Manifesto terá 30 anos de existência.

A partir do Manifesto para a Cyborgs, as novas tecnologias começaram a desempenhar um papel diferente para o feminismo. A mitologia que Donna Haraway apresenta com o *cyborg* é baseada na crítica ao tema autônomo e centrado da modernidade. Haraway afirma que no exato momento em que as novas tecnologias têm impacto no corpo das pessoas, elas começam a gerar novos tipos de subjetividades e novos tipos de organismos: organismos cibernéticos que ela chama de ciborgues.

Um *cyborg* é um sujeito que sabe que “não é tudo”, que se reconhece como incompleto e, portanto, disposto a identificar-se com o “outro” - com as mulheres, com as minorias étnicas e raciais, com os homossexuais, mesmo como um “trans masculino”; um sujeito em posição de renunciar a qualquer intenção de dominação, liberto de todas as pretensões hegemônicas, centradas e estáveis.

Um ciborgue é um transgressor da ordem da cultura dominante, não tanto por ser uma natureza construída, mas por causa de seu design híbrido. Um ciborgue está aberto a todas as possibilidades de ser. Não é um ser que vem da transmissão específica de um código herdado, mas o resultado da engenharia, o resultado de um laboratório, da aplicação do conhecimento ao desejo ou vontade. Por esta razão, o *cyborg* também nos proporciona um contexto privilegiado para estudar a identidade de gênero como resultado de uma produção simultânea de matéria e ficção, corpo e cultura. A aventura do ciborgue é, sob esta perspectiva, a própria aventura do sujeito contemporâneo.

Ao reler isto, colocado assim, parece que Donna Haraway assume uma posição ingênua de um ponto de vista social. Mas nada da ordem da ingenuidade a habita. Haraway adverte contra estas novas configurações pós-modernas de poder nas mãos de corporações multinacionais, engenheiros genéticos ou magnatas da mídia. O manifesto para Cyborgs é, portanto, um grito de alarme. Um apelo político e estratégico para evitar cair em uma realidade marcada pela opressão. Haraway pede uma participação na construção de um futuro melhor quando afirma que (e eu a cito) “... nosso desafio é lutar por um ciborgue emancipado: pela flui-

dez, pelo heteromórfico e pela confusão de fronteiras; pelo controle de estratégias pós-modernas, pelas condições de fronteira e interfaces ...". Embora tenha sido ela quem anunciou a mudança, Donna Haraway não se reconhece como uma ciberfeminista. É Sadie Plant que nos lembra em *Zeros e Ones* que o primeiro Manifesto ciberfeminista foi concebido por um grupo de artistas visuais australianos e nasceu em 20 de setembro de 1997, durante a Primeira Cyberfeminista Internacional na Documenta X.

Sem dúvida, Sadie Plant e Sandy Stone são os melhores pontos de entrada na teoria ciberfeminista contemporânea. Sandy Stone é considerada a fundadora dos estudos transgêneros, e tanto seu trabalho quanto sua vida são fascinantes. Como um jovem de barba, ela foi a engenheira de som de Jimi Hendrix, e como adulta escreveu o Manifesto Pós-Transsexual e publicou *A Guerra do Desejo e Tecnologia*, obras que revolucionaram o mundo trans. (Estamos falando dos anos 70 do século passado).

Agora, eu gostaria de olhar para o território que o ciberfeminismo está contestando ativamente, teorizando e ocupando.

O que é este território?

É claro: o ciberespaço. Mas não apenas isso. O ciberespaço é apenas uma pequena parte do território que o feminismo reivindica, pois a infra-estrutura que cria este mundo virtual é imensa. A fabricação e projeto de hardware e software é de fundamental importância, mas ainda mais importantes são as instituições que treinam aqueles que projetam os produtos da cibercultura. Obviamente, a grande maioria dos produtos que circulam no mercado são projetados por homens para empresários e por homens para operações militares. Desde suas origens, a alta tecnologia tem sido projetada, consumida e manipulada em favor do sexo masculino. Desde as origens da socialização e da educação, a tecnologia e todo o processo tecnológico tem sido implantado em uma chave masculina. Quando as mulheres manipulam tecnologia complexa de forma produtiva, o fato é registrado como excepcional.

Isto não quer dizer que as mulheres não utilizem tecnologia complexa. As mulheres constituem um segmento não negligenciável da população consumidora e contribuem generosamente para a reprodução dos valores estabelecidos. Por exemplo, a maioria das empresas e indústrias ficam encantadas quando colocam computadores nas mãos de funcionárias para lidar com software complexo, comunicações de rede ou gerenciar as finanças da empresa. Se os computadores os tornam mais produtivos... tudo bem e bom. Se os computadores os tornam mais produtivos... tanto melhor. Portanto, devemos desconfiar do progresso feito pelo crescente número de mulheres na rede. Isto não deve necessariamente ser lido como uma indicação de que alcançamos a tão almejada igualdade de gênero.

É uma situação muito semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos e nas classes abastadas dos países periféricos quando no final dos anos 50 e início dos anos 60 os maridos da classe média estavam mais do que felizes em comprar um segundo carro para suas esposas desde que isso os tornasse mais eficientes em suas tarefas domésticas e de criação de filhos. Nesse caso, a tecnologia foi utilizada para aumentar o confinamento das mulheres dentro de seu papel tradicional e não para libertá-las.

Entretanto, embora o acesso das mulheres à tecnologia seja uma consequência de necessidades econômicas estruturais, isto não significa que a libertação das mulheres venha através da renúncia à tecnologia. Ao contrário, trata-se de provocar mudanças ideológicas que ajudarão a emancipação das mulheres on-line.

O Movimento *MeToo* foi um bom exemplo de como as mulheres conseguiram fazer-se ouvir. *Me Too* surgiu em 14 de outubro de 2017 quando a atriz Alyssa Milano relatou que tinha sido assediada sexualmente pelo produtor de cinema Harvey Weinstein. Em 15 de outubro de 2017, um dia mais tarde, *Me Too* foi retweetado mais de 200 000 vezes. Em 16 de outubro, foram tweeted mais de 500.000. No Facebook a *hashtag* foi utilizada por mais de 4,7 milhões de pessoas e teve 12 milhões de postagens nas 24 horas seguintes.

Mas antes disso, em julho de 2016, um posto de mídia social da jornalista Anastasia Melnichenko se tornou viral. Uma multidão de mulheres - e alguns homens - na Rússia e na Ucrânia começaram a postar nas mídias sociais usando a hashtag *#IAmNotAfraidToSpeak* suas histórias pessoais de abuso e assédio sexual.

A viralidade do *Me Too* foi surpreendente, mas onde o Movimento *Me Too* foi parar?

Foi uma verdadeira explosão global, mas quando as mulheres dentro do movimento foram confrontadas com as diferenças ideológicas e políticas entre as mulheres palestinas e israelenses, ele deflacionou. E uma parte desse movimento, provavelmente a parte mais progressiva, fundiu-se com o anti-racismo, unindo-se ao John Floyd's *I Can't Breathe*.

Agora, de volta ao ciborgue.

Antes lembrei que há 30 anos Donna Haraway publicou o Manifesto para a Cyborgs.

Bem, a mesma Donna Haraway nos diz que hoje não nos resta nada além de **parentesco consciente**, uma tecnologia para construir laços com os outros.

Vamos fazer parentes, não crianças, diz ela.

Segundo ela, estes tempos confusos só são resistíveis se montarmos espaços de refúgio que superem as limitações do holoceno, nossa já antiga modernidade, a dos seres humanos e das sociedades.

É possível fazer o que sempre fizemos, continuar fazendo a mesma coisa, pergunta ela: retroceder, ser mais humano?

Ou, pelo contrário, temos que enfrentar o problema e sobreviver neste mundo ferido. O primeiro significa História, Ciência, Progresso. Os velhos truques.

O segundo, o pacto: fazer assembléias, assembléias, abrigos para os diferentes, laços sociais com os diferentes.

Eu a cito: "Parentesco, então, voluntário e sem biologias. Estou cansado de estabelecer laços através da família e anseio por modelos de solidariedade, de unidade humana e de diferença baseados na amizade, no trabalho, em objetivos parcialmente compartilhados".

"Meu propósito é fazer com que 'parentes' signifiquem algo diferente, algo mais do que entidades ligadas por ascendência ou genealogia". Em última análise, os parentes têm a ver com relação, por mais bizarra que seja: relação com as máquinas, relação entre os vivos, relação com as plantas, relações em cadeias que nos unem a comunidades de outros sobreviventes desta crise perpétua, mesmo que as entidades com as quais me conecto sejam aquelas que coexistem em uma rede confusa que inclui um cogumelo, meu vizinho, um mercado alimentício japonês e um refugiado no norte da Califórnia". (fecho lá cita)

O parentesco para o qual Haraway nos convida em "Começar a resolver o problema". Gerar parentesco no Chthulucene" - tal é o título de seu novo livro - não é portanto um parentesco herdado, é um vínculo que se faz. Assim, "fazer parentes e não bebês" é-nos proposto como um método de sobrevivência. E também como um método para o trabalho intelectual.

Diante do Antropoceno - aquele estágio geológico em que nos encontramos, caracterizado pela destruição do planeta devido à atividade predatória do capitalismo - ela propõe o advento do Chthulucene, um estágio em que o espaço e o tempo estão a serviço da cura parcial, a regeneração dos tentáculos amputados.

Para Haraway, os tentáculos são restaurados através de redesenho, em contato, nos laços entre si, uma forma de produzir conhecimento através da articulação e a possibilidade de criar responsabilidades e habilidades para responder a um Planeta que precisamos, mas que não precisa de nós. Em resumo, a resistência de nos entregarmos a um apocalipse fatalista.

Mas Haraway vai mais longe: diante das preocupações com a superpopulação humana estimada para o final do século 21, diante do colapso ecossistêmico, ela apela para um chamado escandaloso para gerar parentes estranhos, anti-espécies e celebridades para aqueles que optam por não trazer descendência para este mundo.

Li novamente o que acabei de escrever e fiquei me perguntando sobre a natureza "escandalosa" do chamado para o parentesco bizarro e anti-espéciesista.

O que se tornou de conhecimento público há algumas semanas atrás é realmente tão escandaloso?

Na província de Chubut, um sargento da polícia foi condenado à prisão e desqualificado do exercício de sua profissão por ter morto um cachorro pequeno com sua arma de serviço na cidade de Playa Unión.

O sargento foi intimidado pelo latido de Tita - esse é o nome do cachorro - e Tita tentou latir para ele e ele atirou nela.

O caso em tribunal foi apresentado por um vizinho da família ao qual Tita pertencia. Esta vizinha se apresentou como a "guardiã" da vítima. Ou seja, o guardião de Tita, o cachorrinho.

Mas o que eu gostaria de destacar aqui é a sentença do juiz que considerou Tita como um "sujeito de direito" e uma "pessoa não humana", e portanto aceitou o princípio de que o animal é "um ser senciente e parte integrante de uma família multiespecífica".

O que há de tão escandaloso em assumir que um cão faz parte da família?

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

No seguimento do Manifesto seminal para a Cyborgs, em 2015, surgiu o Manifesto Xenofeminista.

O que há de novo neste movimento de ativistas e teóricos que revisita alguns dos princípios clássicos da teoria do queer?

O que é esta reinvenção do "natural" a partir de um olhar alienígena e tecnológico?

Xeno feminismo.

Xeno vem de lá: o estranho, o alienígena.

O xenofeminismo é posicionado como o elo perdido entre o feminismo radical dos anos 70 - ao qual aludi no início desta exposição - e o cyborgismo contemporâneo, a linguagem trans e queer da emancipação.

Se o mundo de hoje e, acima de tudo, seu futuro, está estruturado pela tecnologia, temos que tornar essa tecnologia feminista.

Para isso, temos que nos alienar mais, criar mais, afastar-nos ainda mais daquele conceito glorificado do natural, (cito) que não tem "nada a oferecer a pessoas queer e trans, pessoas com diversidade funcional, nem aquelas que sofreram discriminação devido à gravidez ou às tarefas relacionadas à parentalidade". Alienar-nos significa utilizar a tecnologia para nossos próprios fins, retomando a possibilidade de progresso. Avançar é transcender o subterrâneo, tomar o poder, não apenas sobreviver à margem dele. Novos sistemas devem ser criados.

Helen Hester é a chefe do grupo de pesquisa, Laboria Cuboniks, que, da Universidade de West London, propõe a rejeição da figura da "Criança", em letras maiúsculas, associada com o futuro.

De qual criança estamos falando quando pensamos no futuro como um lugar a ser construído para nossos filhxs?

O Menino maiúsculo é a figura idealizada contra a qual o presente é eludido em vista de um futuro mais habitável. Mas Hester nos adverte que somente a criança branca, monogâmica, heterossexual, boa família, heterossexual é oferecida como o melhor modelo para a reprodução social e biológica.

Em contraste, o xenofeminismo está interessado em construir um futuro estranho e, para conseguir isso, deve enfrentar a tentação de reproduzir-se biologicamente, a fim de dar origem a novas formas de família e cuidados, aprendendo com o modelo de parentesco estranho.

Novamente: “Faça parentes, não bebês”, o slogan de Donna Haraway. O slogan de produzir parentesco, sobre e contra a prática usual de fazer bebês, faz sentido quando entendido como um chamado para priorizar a geração de novos tipos de redes de contenção, em vez de encorajar a reiteração irrefletida dos mesmos.

O que Helen Hester propõe é difamiliar a família biológica e ao mesmo tempo familiarizar redes alternativas de solidariedade e intimidade para que se tornem mais inclusivas e acessíveis ao maior número possível de pessoas.

Como, afirma ele, podemos pensar na reprodução - mesmo no sentido de garantir a sobrevivência de outros no futuro - sem reproduzir o pior do futuro reprodutivo? Um futuro onde o futuro é visto apenas para algumas crianças, porque nem crianças racializadas, nem crianças colonizadas, nem crianças queer, nem crianças necessitadas de cuidados diferenciados estão incluídas ali.

### **Novas paternidades e relações de gênero.**

O título desta conferência me trouxe até aqui.

O que no início foi conceitualizado como identidade de gênero, quase sobreposta à identidade sexual, vem mudando a tal ponto que hoje tende a se dissolver. E as lutas feministas começaram a ser acompanhadas por posições anti-capitalistas, anti-racistas, anti-espécies, anti-capacidades.

De minha parte, tenho enorme admiração pelo trabalho dos autores que citei até agora, e também tenho profundas diferenças: como não tê-las com Donna Haraway se a luta de classes é um ponto de referência omitido em seu trabalho? Como não tê-las de minha posição abolicionista com respeito à prostituição, quando Helen Hester as glorifica como trabalho sexual comercial?

Mas há algo mais. Não foi uma escolha inconsciente que ditou este texto ou, pelo menos, não foi apenas uma escolha inconsciente que me levou a compartilhar com vocês uma linha de pensamento que de Marx, Engels, Largía, Domoullin e Marie Langer me levou a Donna Haraway e Helen Hester, Sadie Plant e Sandy Stone, todos autores que produziram e produzem a partir dos centros metropolitanos.

Mas agora, estamos em um Congresso da FLAPPSIP. A Federação Latino-Americana de Psicoterapia Psicanalítica e Associações de Psicanálise e esse significantes da América Latina tem uma espessura significativa.

Quero dizer:

Não será difícil para aqueles que me seguiram até aqui ver que esta linha de pensamento, estes autores, são responsáveis por meu próprio eurocentrismo e pela colonialidade que me constitui. Isto significa, é claro, que sou atravessado pela colonialidade do poder, pela colonialidade do conhecimento, pela colonialidade do gênero, mas também pela produção e reprodução de subjetividades colonizadas.

Porque obviamente Marx, Freud, Lacan, Simone Beauvoir e Judith Butler nasceram no meio do colonialismo europeu e anglo-americano nos séculos XIX e XX.

Na América Latina, o colonialismo terminou no século XIX, enquanto na África e na Ásia terminou apenas no século XX. Na América Latina, o colonialismo terminou no século XIX, mas não a colonialidade, que persiste até hoje. Quando falo de colonialidade, refiro-me à “lógica cultural” do colonialismo, ou seja, o tipo de legados coloniais que persistem e se multiplicam mesmo depois do fim do colonialismo.

E como começou?

Em 1492, quando os europeus chegaram a estas costas, não havia Europa e não havia brancos e índios. Quero dizer: não havia o conceito de “raça”. Essas categorias étnicas “branca”, “indiana”, “negra”... categorias que unificaram internamente civilizações muito diversas (e que, insisto, não existiam até a chegada dos “europeus” na América) acabaram se tornando a matriz cultural do sistema mundial<sup>1</sup>. Assim, a instalação da categoria de raça foi o evento decisivo: acabou sendo o mais perfeito instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos.

Com a manobra de estabelecer diferenças raciais, abriu-se o caminho para validar as desigualdades e a partir daí, em uma jornada ininterrupta, para a hierarquização que pressupõe a inferioridade de uma das partes. A manobra de racializar os povos com base nas diferenças biológicas não só desencadeou um aparelho fenomenal de discriminação negativa baseada no fenótipo das pessoas, mas também possibilitou o racismo epistêmico no sentido de que a herança das raças subordinadas, seus valores, suas produções, seus sistemas de crenças, foram descreditados e inferiorizados.

No início foi a invenção da raça, e a invenção da raça tornou possível estabelecer uma hierarquia colonial que deu aos brancos - mais tarde chamados “europeus” - o controle e a exploração do trabalho das outras raças. Na base da raça e da racialização descansou a exploração do trabalho e o padrão colonial que fundou e organizou o caminho do capitalismo que triunfou até os dias de hoje.

É Anibal Quijano quem afirma o seguinte: que a América inventou a Europa, e fundou o capitalismo mundial com base na colonialidade, que

---

1 Pode ser que o conceito de “raça” como fundamento da colonialidade do poder introduzido por Anibal Quijano tenda a invisibilizar, com pretensões totalitárias, a análise interseccional de raça, gênero, classe etc., mas mesmo assim é muito possível que o trabalho livre assalariado, como forma principal de capitalismo, não pudesse ter se desenvolvido sem as colônias. Sem escravos africanos e sem a servidão dos índios não haveria capitalismo.

só poderia acontecer com a espada e a cruz. Mas a espada e a cruz teriam sido inúteis sem o conceito de raça e racismo. E então, no século XIX, quando a América conquistou a independência das metrópoles européias, quando nossas pátrias surgiram, nada mais fizeram do que substituir a colônia preservando a ideologia colonial; ao invés de desfazer a colonialidade, os Estados nacionais reproduziram e reforçaram o padrão colonial para garantir a exploração do trabalho, é claro, mas também para preservar a colonialidade do conhecimento.

Antes de desfazer a colonialidade, os estados nacionais postularam e idealizaram o “caldeirão de culturas americano”.

Eu disse anteriormente que a instalação da categoria de raça foi o evento decisivo: ela se revelou o instrumento mais perfeito de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Mas a instalação da categoria raça incluiu, inevitavelmente, seu par agregado: o eurocentrismo da ordem mundial. Pois, desde o início da colonização e da conquista, desde o início, os futuros europeus associaram o trabalho não remunerado, o trabalho escravo, com as raças dominadas, as raças inferiores. A inferioridade racial dos colonizados significava que eles não eram dignos de salário como forma de pagamento. Assim, a racialização do trabalho - a redução das populações não-brancas para o trabalho servil ou escravo - esta hierarquia colonial, contribuiu generosamente para a construção de um mundo centrado na Europa. O trabalho assalariado como um acordo entre capitalistas e uma classe trabalhadora masculina de origem européia - entre europeus brancos e crioulos brancos - só poderia acontecer às custas de trabalhadores não assalariados (“negros”, “índios”). Mas há algo mais; aquele acordo de cavaleiros que salvou os pobres homens brancos de cair na escravidão os libertou do trabalho doméstico... e aquele trabalho doméstico caiu inexoravelmente sobre os escravos e as mulheres. A subordinação das mulheres era o preço pago pelos homens colonizados para manter algum controle sobre suas sociedades. Para isso foi necessário domesticar as mulheres na metrópole e depois explorar em demasia as mulheres nas colônias. Na Europa, a caça às bruxas que começou no século XV e a Santa Inquisição Católica contribuíram sem limites para esta “causa”. O estupro em massa de mulheres indígenas, a escravidão e a servidão letal... esta “domesticação” praticada nas colônias continua hoje e se expressa na forma de femicídio, tráfico e prostituição de mulheres pobres, e de oficinas feminizadas. Nos centros capitalistas de hoje, a menor remuneração das “raças inferiores” por trabalho igual ao dos brancos é um resíduo pouco atenuado deste racismo colonial. Nas “democracias capitalistas” de hoje, é somente devido ao caráter racista do pacto que as mulheres brancas metropolitanas puderam se beneficiar, tirando uma cota econômica e política do poder masculino branco através do privilégio heterossexual do casamento e explorando os direitos civis inferiores dos “negros” e dos “índios”. O avanço dos projetos emancipatórios das mulheres brancas dependeu da exploração excessiva das mulheres “negras”, “latinas” e “indígenas” dentro de seus países e também das mulheres da periferia;

esta exploração se estende hoje às mulheres migrantes no contexto da economia global.

Não. Nem sempre foi assim. Antes de os espanhóis chegarem ao que hoje é conhecido como América Latina, o Abya Yala era povoado por uma infinidade de culturas diferentes.

Rita Segato reconhece um patriarcado de baixa intensidade em algumas culturas nativas, mas María Lugones prova que o conceito de gênero (e mesmo de sexualização) era inexistente antes da colonização (pelo menos nas sociedades iorubás). María Lugones argumenta que tanto o processo de racialização quanto o de gênero ocorreram simultaneamente no processo de subjugação.

XX

Portanto, se começasse por dizer que desde as suas origens a família - o conceito de família - tem vindo a mudar em diferentes culturas e ao longo da história para nos desafiar, agora, com novas formas de ligação e diferentes modalidades de conformação e montagem ... sim Comecei aludindo às origens da sociedade patriarcal e continuei me aprofundando nas origens da sociedade colonizada ... Terminarei, agora, homenageando as feministas e psicanalistas latino-americanas com quem tanto aprendi e a quem devo Muito de.

A Marie Langer, Martha Rosemberg, Isabel Larguía, Eva Giberti, Irene Meler, Ana María Fernández, Mabel Burín, Irene Fridman, Debora Tajer, Virginia Vargas, Rita Segato, Carmen Da Silva, Virginia Leone Bicudo, Leila González (o do feminismo negro), Bertha Lutz, Sueli Rolnik, Marta Lamas, Marcela Lagarde, Ana Laura de Giorgi, Pilar Errazuris, Silvia Rivera Cusicanqui e tantas, tantas mais.